

VIOÊNCIA NA ESCOLA: ANÁLISE DO PROGRAMA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA SEDUC/GO

Dagmar Dnalva da Silva Bezerra¹

RESUMO

Este artigo é resultado de pesquisa que objetivou analisar as concepções e as propostas de ação do programa *Políticas de Prevenção e Enfrentamento ao Bullying* elaborado pela Seduc/GO. Trata-se de pesquisa documental que analisa o conteúdo do programa à luz das teorias que embasam a temática. Este exercício de reflexão teve a intenção de compreender as contradições e relações entre a atual situação das instituições escolares diante do fenômeno violência e as ações propostas pelos gestores da educação. Com um olhar histórico-crítico, percebeu-se a necessidade de propostas efetivas do Estado na implementação de ações que proporcionem a desconstrução de preconceitos e a eliminação de elementos que, dia a dia, impedem as trocas e interações sociais construtivas no espaço escolar, comprometendo os processos de ensino e de aprendizagem.

Palavras-chave: Escola. Violência. Programa Antibullying. Concepções.

VIOLENCE IN THE SCHOOL: ANALYSIS PROGRAM OF PREVENTING AND CONFRONTING OF THE SEDUC/GO

ABSTRACT

This paper is a result of a research whose goal was to analyse the conceptions and proposals of the program Policies for Preventing and Confronting Bullying, designed by the Education Secretariat of the State of Goiás (Seduc/GO). This documental research analyses the content of the program in relation to the theories that support this subject. This study aimed to understand the contradictions and relations between the current situation of schools in light of the violence phenomenon and the actions proposed by the managers of education. After a historical-critical look, it was possible to realize the need for effective proposals of the State in the implementation of actions that provide the deconstruction of prejudices and elimination of elements that, day by day, prevent constructive exchanges and social interactions at school, jeopardizing processes of teaching and learning.

Keywords: School. Violence. Antibullying Program. Conceptions.

Recebido em: 15/5/2013.

¹ Doutoranda em Educação – UFG. Professora IV da SEDUC/GO. E-mail: dogdnalva@bol.com.br

1 Introdução

A escola é fortalecida pela heterogeneidade de seus alunos, porém não consegue deixar fora de seus muros o preconceito e a discriminação àqueles que apresentam alguma diferença em relação a determinados grupos. As violências física, verbal, psicológica, por exemplo, permeiam o dia a dia da(o) aluna(o) que não se enquadra nos padrões estabelecidos, valorizados pela maioria. Ser mais alta(o) que a média ou mais baixa(o), ser mais gorda(o) ou mais magra(o), falar com sotaque, por exemplo, são motivações para *chacotas*, xingamentos e agressões físicas.

Para buscar o enfrentamento de tal realidade, a Secretaria de Estado da Educação de Goiás (Seduc/GO) elaborou um programa de “Políticas de Prevenção e Enfrentamento ao *Bullying*” para ser implantado nas escolas estaduais a partir de abril de 2011. Diante disso, nos questionamos quais são as concepções que esse programa governamental apresenta sobre o *bullying* e que ações ele propõe para um efetivo combate à violência escolar. Porque, como nos expõe Fante (2005), este fenômeno é o mais preocupante, dentre todos os tipos de agressões que ocorrem no espaço escolar, por sua crescente disseminação entre os alunos, podendo atingir forma quase epidêmica.

O objetivo desse trabalho foi a de analisar as concepções e as propostas de ação do referido Programa para as escolas da rede estadual; e, de outras categorias, relacionadas aos estudos e conceitos sobre violência intraescolar, que nortearam os rumos deste trabalho, tendo em vista o alcance de uma compreensão do cenário atual em que se encontra a escola e as ações elaboradas para se alcançar um espaço educativo mais humanizado. “A realidade atual mostra um mundo ao mesmo tempo homogêneo e heterogêneo, num processo de globalização e individuação, afetando sentidos e significados de indivíduos e grupos, criando múltiplas culturas, múltiplas relações, múltiplos sujeitos” (LIBÂNEO, 2005). Nesse cenário, também objetivamos conhecer a partir de quais concepções de violência a Secretaria de Educação elaborou o programa antibullying, assim como compreender como a proposta de intervenção na escola pode contribuir para, de início, minimizar o problema da violência nas escolas.

Justifica-se o desenvolvimento desse trabalho, a partir da necessidade de formação e envolvimento profissional e social dos atores com a questão da agressividade e da intolerância na escola, percebida

da pela pesquisadora, nos anos de 2009 e 2010, por meio do curso de extensão “Gênero e Diversidade na Escola”, Campus Catalão da Universidade Federal de Goiás. Nele, foi oportunizado conhecer e compreender as temáticas de gênero, sexualidade e as diferenças étnicas e sociais, e como elas são utilizadas em situações preconceituosas e racistas, dando continuidade ao histórico do Brasil em que as minorias são hostilizadas por grupos que se consideram superiores.

Em 2011, a Seduc/GO lançou um novo programa de combate à violência nas instituições estaduais com foco no enfrentamento ao *bullying*. O projeto trouxe para o espaço educacional ânimo para a contínua busca pela superação de ações e reações violentas, que têm contribuído para um clima escolar de insegurança (GUARESCHI; SILVA, 2008), mas também suscitou indagações sobre como a Secretaria pensa a violência nas escolas e quais foram as ações propostas para um efetivo enfrentamento e seu combate nas unidades educacionais. A pretensão dessa investigação foi reconhecer no programa elaborado pela Seduc/GO um instrumento real de combate à violência e um recurso de apoio aos professores para o enfrentamento desse fenômeno no seu espaço de trabalho.

Para tanto, percebemos a necessidade de se estabelecer o caminho a ser percorrido, ou seja, o percurso metodológico, no intuito de se atingir os objetivos propostos. Porque, entendemos que,

Pesquisar é uma atividade que corresponde a um desejo de produzir saber, conhecimentos, [...]. Conhecer não é descobrir algo que existe de uma determinada forma em um determinado lugar do real. Conhecer é descrever, nomear, relatar, desde uma posição que é temporal, espacial e hierárquica. O que chamamos de *realidade* é o resultado desse processo. (COSTA, 2002, p. 107, grifo do autor).

Com base nas considerações de Costa (2002), a pesquisa foi desenvolvida numa abordagem qualitativa, partindo dos pressupostos metodológicos do materialismo histórico-dialético, pois este “[...] permite uma apreensão radical (que vai à raiz) da realidade [...]” (FRIGOTTO, 1991, p. 75). Nessa perspectiva, recorreremos à análise do documento norteador das atividades antibullying nas escolas estaduais em diálogo com os teóricos que debatem o tema.

Para a compreensão das informações apreendidas do documento, partimos da concepção de escola como espaço social de conheci-

mento, de diversidade e de respeito às diferenças, inserida em contexto sócio histórico distinto e orientada por questões culturais específicas. A análise das concepções que subsidiaram as orientações do programa em questão nos permitiu reconhecê-lo como um programa de governo: pontual e pragmático, que visa resolver os efeitos da violência intramuros escolares, contudo, sem alterar o contexto que a gera.

Partindo desta constatação, percebemos que a compreensão da história, do contexto e das múltiplas determinações de um fenômeno social, na perspectiva dialética, faz-se mister para melhor entendê-lo, transformá-lo, ou, até mesmo, extingui-lo, como é o caso das agressões nos espaços educacionais. Por isso, a exposição da pesquisa se principia pela contextualização do objeto de estudo e é finalizada com sua análise; estando o texto organizado em tópicos como recurso didático e para uma melhor compreensão do percurso investigativo, passando pela discussão dos conceitos de cultura, violência, etnocentrismo, estereótipo e preconceito nos contextos social, escolar e do Programa antibullying da Seduc/GO.

2 Contexto atual: conceitos e preconceitos geradores de violência

Compreendendo a cultura como “[...] fenômeno unicamente humano, que se refere à capacidade que os seres humanos têm de dar significado as suas ações e ao mundo que os rodeiam” (BRASÍLIA, 2009, p. 22), podemos entender, então, que é na sua construção social que se estabelecem as diversidades humanas. “O modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural” (LARAIA, 2000, p. 46). Esta, para Santos (2006, p. 7), refere-se “[...] à humanidade como um todo e ao mesmo tempo a cada um dos povos, nações, sociedades e grupos humanos”.

A partir dessa ideia, a história de homens e mulheres foi sendo construída e reconstruída, criando espaços para o conhecimento. A construção histórica do ser humano é a construção da cultura. E, de acordo com o momento histórico, a sociedade, os grupos sociais vão se reconfigurando, o que favorecerá a mudanças no campo educacional. “Os sentidos, versões e abordagens de cultura e de seus desdobramentos conceituais e procedimentais” (CHAUÍ, 1995, p. 376) repercutem nas formas de se produzir conhecimento e de sua socialização.

A diversidade é inerente ao ser humano e não se pode aceitar que as diferenças sejam entendidas e tratadas como desigualdades. A(o) discriminada(o) não pode ser culpabilizada(o) por não se enquadrar em um ‘padrão’. As diversidades humanas e culturais não devem ser confundidas com desigualdades sociais e, menos ainda, com a validação da existência de preconceitos. Não é absorver os hábitos e costumes do que é diferente, mas respeitá-lo, mais que tolerar, pois isto é apenas suportar o outro, uma concepção bastante diferente de respeito. A tolerância pode ser apenas uma forma mascarada de preconceito e discriminação (BRASÍLIA, 2009).

A crença de que existe uma cultura superior à outra tem levado à intolerância das práticas diferenciadas dos grupos não hegemônicos. Isto é recorrente na história do nosso país. “Muitas vezes os povos não europeus foram considerados inferiores, e isso era usado como justificativa para seu domínio e exploração” (SANTOS, 2006, p. 13). Por terem uma visão etnocêntrica, os portugueses dizimaram milhares de indígenas brasileiras(os), ao chegarem ao Brasil, afirmando que estavam preocupados com a salvação dos ‘não civilizados’. Assim, promoveram a catequização dos nativos ou eliminaram os que não aceitaram perder suas identidades culturais e religiosas; esse mesmo olhar de superioridade condenou milhares de africanos à escravidão: foram retirados de sua terra, transportados como mercadorias e obrigados a executarem atividades, no Brasil, renegadas pelos europeus – plantio, manejo dos animais, garimpagem e outras – proporcionando riqueza àqueles que só lhes ofereceram sofrimento. Sobre esse assunto, Laraia (2000, p. 70) nos esclarece:

Cada sistema cultural está sempre em mudança. Entender esta dinâmica é importante para atenuar o choque entre as gerações e evitar comportamentos preconceituosos. Da mesma forma que é fundamental para a humanidade a compreensão das diferenças entre povos de culturas diferentes, é necessário saber entender as diferenças que ocorrem dentro do mesmo sistema. Este é o único procedimento que prepara o homem para enfrentar serenamente este constante e admirável mundo novo do porvir.

A ideologia de superioridade de um povo sobre outro criou o fenômeno etnocêntrico. Este pode ser conceituado como o sentimento

daqueles que entendem o seu modo de vida, logo, sua cultura, e a do seu grupo como sendo o 'certo', a única maneira possível de se viver. De acordo com os estudos propostos em Brasília (2009, p. 24), etnocentrismo é “[...] a ideia de julgar, a partir de padrões culturais próprios, [...] os comportamentos e as formas de ver o mundo dos outros povos, desqualificando suas práticas e até mesmo, negando sua humanidade”. Nessa perspectiva, os demais grupos ou as atitudes individuais são avaliados a partir dos valores do seu próprio grupo, e o que diverge disto provoca reações de intolerância.

A história da humanidade e sua evolução produzem conceitos e concepções sobre o homem e a mulher, seus conhecimentos e suas relações/interações. De acordo com Chauí (1995, p. 369), “[...] os seres humanos variam em consequência das condições sociais, econômicas, políticas, históricas em que vivem”. O sentimento de supremacia de um grupo étnico em relação às minorias não permite outros olhares, diferentes posturas e posicionamentos, os quais possibilitariam perceber que as diferenças são positivas para o desenvolvimento sociocultural das sociedades, e que a religião, a orientação sexual, o comportamento social das pessoas perpassam a diversidade, a qual faz o mundo ser o que é hoje, muito diferente do que já foi no passado. E isto não determina que hoje sejamos melhores ou piores do que foram nossos antepassados, apenas que somos diferentes.

O Brasil é uma nação com mais de 190 milhões de habitantes, de acordo com o Censo 2010 (IBGE, 2011). Assim, é impossível que todos sejamos iguais, pensemos ou ajamos da mesma forma. O clima, a temperatura e/ou a altitude são diferentes nas várias regiões brasileiras, por que seu povo seria homogêneo? Falamos a mesma língua, mas cada qual na sua variedade; então, por que o gosto pela música, o estilo de roupa, a orientação sexual ou religiosa deveriam ser os mesmos para todas(os)?

As diferentes origens das pessoas poderiam contribuir para o conhecimento de novas culturas, novas experiências, porém o que ocorre é que o diferente de nossos referenciais nos assusta ou nos incomodam, gerando a não aceitação de que é possível conviver com alguém distinto de nós e continuarmos sendo nós mesmos. O que o outro é não deveria nos ofender ou escandalizar (BRASÍLIA, 2009). Por meio da formação que recebemos e, posteriormente, repassamos, podemos entender que “[...] cada realidade cultural tem sua lógica interna, a qual devemos procurar conhecer para que façam sentido as

suas práticas, costumes, concepções e as transformações pelas quais estas passam” (SANTOS, 2006, p. 8).

A compreensão dos conceitos de etnocentrismo, estereótipo e preconceito nos levam a refletir sobre o nosso posicionamento frente à formação das gerações mais jovens. Como consequência desses fenômenos, ou seja, da criação de um padrão de ser humano, todos os indivíduos que não se enquadrarem a ele serão rejeitados, estigmatizados. Sendo assim, o tipo preconcebido se torna um modelo que nutre o preconceito, quando define anteriormente quem e como seriam as pessoas consideradas aceitáveis, sendo isto um conceito prévio formulado sem fundamentos ou explicações. “Antes de conhecer já defino o ‘lugar’ daquela pessoa ou grupo na sociedade” (BRASÍLIA, 2009).

Nesse contexto se forja o preconceito: minha cultura é melhor, logo o modelo que idealizo também é o melhor; assim, crio um conceito prévio das coisas e atitudes que considero ‘boas’ e ‘certas’ e o que não se encaixar nesse padrão será preterido. O que justifica as atitudes preconceituosas contra as minorias, ou seja, a intolerância. Esta se firma no estigma de um protótipo, que consiste na generalização e atribuição de valor a algumas características de um grupo, com julgamentos subjetivos, impondo-lhes um lugar de inferioridade ou de incapazes. Esse sentimento de superioridade/inferioridade resulta em preconceito, que muitas vezes leva à violência. Esta, aqui entendida, como definida por Michaud (1989, p. 10):

Há violência quando, numa situação de interação um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais. (*apud* DUARTE, 2006, p. 44).

A agressividade, assim entendida, tem sido encontrada em vários segmentos da sociedade, tais como nos estádios de futebol, nas festas, nas feiras e nas faculdades. Porque a intolerância, o preconceito e o desrespeito às diferenças entre as pessoas são atitudes que transformam ambientes destinados à celebração, à alegria, às compras e à produção de conhecimento em lugares de rixas, tristezas, dor e sofrimento. Possivelmente, o barbarismo que ocorre nos estádios

de futebol, nas festas, nas feiras, etc. pode ser advindo de situações causadas no calor do momento, da torcida, da euforia pela ingestão de bebida alcoólica. Porém, infelizmente, a escola, por vezes, reproduz os sentimentos preconceituosos e a intolerância de seus atores, produzindo assim um tipo de violência específica, afetando suas vítimas física, psíquica e moralmente.

Reconhecer que o ato violento é inerente à pessoa humana é também considerá-lo uma característica passível de ser controlada, pois a mulher/o homem é um ser racional capaz de controlar suas ações e reações e de estabelecer os limites entre o que é ou não uma ação violenta, porque o que é ou não considerado violência é deliberado pelos agentes sociais em condições históricas e culturais diversas (SPOSITO, 1998), e ainda, para Hanna Arendt (*apud* MOTTA, 2008), a agressividade necessita ser descartada como característica natural humana, e passar a ser considerada como doença da sociedade.

A violência escolar não é um fenômeno recente, mas ganhou destaque nos últimos anos (DINIZ, 2009), especialmente com a importação do termo *bullying*, do inglês valentão, qualificando comportamentos violentos no âmbito escolar, hoje, considerado um dos tipos de violência, presente no cotidiano da escola, que tem contribuído para muitos conflitos entre os alunos (SILVA, 2010).

3 A escola nos dias atuais

No contexto atual, a escola necessitou se reconfigurar para conviver e/ou superar questões que surgiram com a modernidade, como as novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) e o acesso dos alunos a essas tecnologias, antes mesmos de chegarem a ela. Entretanto, em alguns aspectos, essa instituição ainda não conseguiu resolver alguns impasses como o problema da violência.

Diante dessa realidade, a(o) aluna(o) quando chega à escola traz consigo suas cargas emotiva, curiosa, cognitiva e agressiva, revelando-se, assim, como espaço de reprodução da sociedade (BOURDIEU; PASSERON, 1982). Entretanto, ela não é somente um espaço dessa reprodução, mas também como espaço de resistência (GIROUX, 1986) e de transformação, pois sua função social é atuar como “[...] espaço de constituição do homem como ser integral” (BEZERRA, 2007, p. 33). Mais ainda, de acordo com Sposito (1998, p. 14) “[...] a escola foi pensada, sobretudo a escola pública, como espaço

de socialização de novas gerações, operando no sentido da formação e construção de humanidades capazes de viverem ativamente a vida social”.

Nessa totalidade social, de acordo com Zuin (1995), a diversidade cultural é tratada no ambiente escolar, ora como desigualdades inevitáveis, produzidas naturalmente pelos desiguais; ora como correspondência da sociedade que é produzida na e pela diversidade cultural.

No seio educacional, a diversidade pode provocar tanto a construção de conhecimentos pelo contato com o diferente, quanto às manifestações de segregação. Vejamos, como construção de conhecimento, a diversidade cultural é vivenciada, partindo-se do respeito e se solidificando na compreensão da constituição das diferenças. Como mostra de segregação, essas manifestações se revelam como preconceito e discriminação no ambiente escolar.

Essas reações são identificadas nas escolas desde as brincadeiras ‘inocentes’ até as grandes tragédias, como ocorreu na Escola Columbine (Estados Unidos da América): dois adolescentes fortemente armados entraram na escola onde estudavam e sem maiores explicações descarregaram várias armas contra professores e colegas, matando 13 pessoas, ferindo dezenas e se suicidando posteriormente (TIROS..., 2002).

Na atualidade, é perceptível que a violência gerada pela discriminação e preconceito se encontra em todos os espaços escolares. Ela é provocada pelos alunos, mas também pelos professores e pela própria escola. Vários tipos dela estão espalhados em todos os segmentos escolares: são os apelidos dados pelos colegas, as formas de tratamentos dados pelos professores, as atitudes autoritárias dos coordenadores e diretores e, até mesmo, a falta de atitude dos responsáveis para coibir todas as formas de discriminação e abusos na e pela escola.

Esse distanciamento, como o não envolvimento, da equipe escolar na complexidade da inserção da diversidade na pauta das reuniões escolares, por exemplo, tem possibilitado o continuísmo da discriminação, preconceito e violência em desfavor das minorias. Os rituais que ocorrem na escola estabelecem um silenciamento no que tange à inserção da diversidade no âmbito escolar, em especial à orientação sexual. Nos corredores, nas salas de aula, nos intervalos e recreio, ou mesmo no currículo das disciplinas/séries, nos livros didáticos, a diver-

cidade e as diferenças não são trabalhadas para a prática contínua do respeito, pois há uma imobilidade da equipe escolar no trato desses temas, o que leva à recorrência das práticas do preconceito, da discriminação, da violência e do favorecimento dos estereótipos.

A assimilação e discussão dos interesses político-econômicos presentes nas relações sociais passadas – que proporcionaram o advento de atitudes preconceituosas e práticas ideológicas que perduram até hoje e que são reforçadas via meios de comunicação de massa – precisam ser necessariamente realizadas. (ZUIN, 1995, p. 172).

O grupo gestor escolar, às vezes, até sabe que existe o problema em sua escola, mas, por vezes, prefere fazer “vista grossa” sobre o assunto, pois é menos problemático omitir-se do que provocar o debate (BRASÍLIA, 2009; SPOSITO, 1998). A interferência ocorre no máximo quando se trata de racismo, pois este está previsto na Constituição como crime que pode ser punido por lei. Aqui podemos dizer que há uma ‘celebração da nossa justiça, da ganância, da difamação e dos preconceitos’, como o grupo musical Legião Urbana previu em sua “Perfeição” do mundo contemporâneo. A escola comemora o ‘Dia da Consciência Negra’, mas não discute a diversidade que permeia toda a comunidade escolar. “Vamos celebrar a aberração/De toda a nossa falta/De bom senso/Nosso descaso por educação” (LEGIÃO URBANA, 1993).

O ambiente escolar tem se revelado mais como espaço mantenedor do *status quo* do que espaço de resistência (ZUIN, 1995). A padronização e mercadorização cultural, especialmente as veiculadas na televisão nos programas destinados aos jovens como, por exemplo, o programa “Malhação” da Rede Globo, promovem uma conformação dos estereótipos e preconceitos, reproduzindo, assim, a estrutura social vigente (TRINCA, 2008). Os alunos que querem se firmar como destaque e referência para o seu grupo, numa relação de poder, reproduzem atitudes padronizadas apreendidas da mídia, tais como apelidos e ações preconceituosas. “Observa-se, mediante o processo de personalização, o mecanismo de identificação dos indivíduos com as personagens de TV, em virtude da banalização e da estereotipização de acontecimentos reais” (ZUIN, 1995, p. 159).

Nos documentos escolares, tais como o Regimento Interno ou o Projeto Político Pedagógico (PPP), não há uma proposta de respeito

à diversidade que permeia nossa sociedade e, infelizmente, também não há uma proposta dessa discussão nas práticas cotidianas no espaço educativo. O ápice do planejamento escolar é “[...] o como fazer o/a aluno/a ficar quieto/a durante as aulas”, não se discute o porquê da indisciplina, que muitas das vezes pode estar ligada às questões de intolerância ao diferente, desrespeito à diversidade (AQUINO, 1998).

A escola é espaço de formação de cidadãos para a transformação da sociedade em um espaço mais justo, mais humanizado, então, como educadores, nos resta intervir deixando claro que as atitudes de preconceito e discriminação ferem o direito de todos a se manifestarem de acordo com seus princípios e orientações: religiosas, sexuais, políticas, e que à ela cabe socializar os conhecimentos acumulados pela humanidade e não contribuir para a segregação das pessoas em grupos fechados.

Nos diversos espaços escolares, a reflexão crítica e a construção da cidadania devem ser alcançadas por meio da formação contínua dos sujeitos envolvidos no processo educativo (BEZERRA, 2007). As formas sócio-histórico-culturais que compõem as relações de diversidade na escola estruturam hierarquias praticadas nos demais ambientes sociais, o que podem favorecer ações e atitudes de discriminação, preconceitos e fobias. Nesse contexto, uma educação, que objetiva formar seres pensantes e cidadãos atuantes na e para a promoção da igualdade e equidade sociais, tem que abrir caminho para a transformação da realidade para uma sociedade mais democrática. Assim, este espaço social deve proporcionar a desconstrução de preconceitos, a eliminação da violência, evitando que os processos de ensino e de aprendizagem sejam reprodutores das desigualdades, discriminação e violência que vigoram na sociedade (BRASÍLIA, 2009).

4 Violência na escola: um novo termo para velhas práticas

Por ser a violência uma reação humana complexa, que é gerada a partir de causas variadas, advindas de uma multiplicidade de fatores e significados, que envolvem uma série de dimensões materiais, corporais e simbólicas (DINIZ, 2009), fica a cada dia mais urgente a tomada de decisões em busca de uma resolução eficaz no estabelecimento de uma cultura pela paz em todos os segmentos da sociedade, incluindo nesse bojo a instituição escolar.

De acordo com Amorim (2007, p. 13),

A escola no Brasil, sobretudo a pública, tem função primordial no combate a violência, pois lá seria um dos locais adequados para se aprender lições de cidadania. E, geralmente, os estudantes das instituições de ensino mantidas pelo governo são oriundos de meios sociais nos quais a possibilidade de imersão no universo da violência é muito maior, uma vez que o contato com formas marginais de viver é muito próximo.

Outro ponto, que deve ser observado, é que o ambiente escolar tem gerado tipos de agressão distintos dos que ocorrem nos demais espaços sociais. Há que se observar que existe uma violência escolar. Para Elias (2011, p. 11),

A expressão 'violência escolar' engloba uma multiplicidade de práticas heterogêneas que se apresentam juntas, entrelaçadas. [...] Envolve qualquer tipo de violência que ocorra no contexto escolar, com qualquer pessoa ou instituição que tenha vínculo direto e indireto com a escola.

A partir dessa compreensão, é possível perceber que as relações que se dão nas instituições de ensino geram conhecimento, aprendizagem, todavia também revelam conflitos passíveis de serem resolvidos tanto nos limites do diálogo, como pelas vias da barbárie.

A variedade de interações escolares negativas gera uma diversidade de violências que requer tomada de decisões diferenciadas por parte dos gestores (ELIAS, 2011). Sendo a escola um espaço próprio de relações humanas, há a possibilidade de, por meio de suas práticas, socializar os princípios do respeito, da tolerância e do viver bem em comunidade.

Claro que não se pode atribuir somente à escola pública toda a tarefa de formar cidadãos em um país que não colabora nessa empreitada. Talvez possa se mostrar útil nas orientações quanto à resolução de conflitos pela via do diálogo ou nos ensinamentos acerca [...] de leis e regras de convívio em sociedade. (AMORIM, 2007, p. 15).

Para expor, ainda mais, a fragilidade daquela instituição na conjugação de esforços para a extinção de ações violentas em suas de-

pendências, surge um novo conceito que define um tipo de violência que lá ocorre, o *bullying*. De acordo com Silva (2010), o termo é utilizado para se referir a todos os atos agressivos física, psíquica, moralmente, que ocorrem de forma intencional e repetitiva praticados por um(a) agressor(a), contra uma ou mais pessoas, numa relação de paridade, impossibilitados de reagirem às agressões sofridas. A palavra *bullying* é derivada do termo *bully*, que no inglês significa "indivíduo valentão, tirano, mandão, brigão" (SILVA, 2010). Esse fenômeno provoca um mal estar na escola, que contribui para a evasão e repetência de alunas(os), tornando-se, portanto, um problema dos educadores, da gestão e do Estado.

Nesse contexto de perdas da eficácia escolar no desempenho de sua função, é imprescindível entender a violência como um grave problema a ser resolvido na e pela comunidade educacional, visto que

"[...] as agressões do *bullying* não devem ser confundidas com as agressões 'corriqueiras', casuais, pois aquelas se caracterizam pela sua intenção de magoar e causar danos, e pela sua repetição contra um mesmo alvo, causando-lhe sérios transtornos físicos, cognitivos e psicológicos, sendo este último tipo o mais grave" (PEREIRA, 2009, p. 7).

O *bullying* é alimentado pela incompreensão da diversidade que compõe a sociedade, e que se repete na escola, gerando, conseqüentemente, discriminações por etnia, religião, comportamentos, sexualidade, entre outras. E "[...] as instituições educacionais se veem obrigadas a lidar com o fenômeno [...], que embora sempre tenha existido nas escolas de todo o mundo, hoje ganha dimensões muito mais graves" (SILVA, 2010, p. 64).

O termo pode ser uma palavra nova nos meios informacionais, nos discursos dos governantes ou nos trabalhos acadêmicos, como este. Contudo, para quem pensa a educação e seu caráter socializador, este tipo de violência revela tão somente que, na atual organização social, "[...] ser diferente pode representar um papel difícil de exercer em uma sociedade que estimula e prega a massificação dos modos de vestir, agir e pensar" (SILVA, 2010, p. 80).

As formas sócio-histórico e culturais que estruturam as relações de gênero e diversidade estruturam hierarquias praticadas nos variados ambientes sociais, o que podem favorecer ações, atitudes de dis-

criminação, preconceitos e fobias. Isto, às vezes, é banalizado nas abordagens feitas pela mídia, como as telenovelas, por exemplo. “A banalização da violência, [...], produz consequências importantes no âmbito da unidade escolar ao estruturar formas diversas de sociabilidade que retiram o caráter eventual ou episódico de determinadas práticas de destruição ou de uso da força” (SPOSITO, 1998, p. 5). A reflexão crítica, a não violência e a construção da cidadania só poderão ser alcançadas por meio da formação constituída na e para a sociedade como um todo, por meio do processo educativo. Diante disto, combater o *bullying* ou qualquer outro tipo de violência na escola ou fora dela requer mais do que programas paliativos que objetivam atuar em espaços selecionados, sem levar em consideração todo o contexto que gera essa violência.

Um programa de prevenção e enfrentamento a um fenômeno social é relevante à medida que discute e proporciona a desconstrução de preconceitos, a eliminação de elementos que, dia a dia, impedem as trocas e interações no espaço escolar, comprometendo os processos de ensino e de aprendizagem. Somente assim será possível a promoção da igualdade e da equidade, possibilitando abrir caminho para a transformação da realidade, porque a pretendemos mais justa.

O ato violento é um conceito polissêmico, construído sob várias formas e em diferentes situações (DINIZ, 2009). O que é considerado agressivo em um dado momento, não o é em outro, como, por exemplo, a aceitação pelos pais, no contexto da escola tradicional e anterior ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), dos castigos aplicados pelos professores aos alunos que não davam conta da lição.

A violência é um fenômeno construído socialmente e sua representação revela sobre a sociedade, o contexto e o período histórico em análise (DINIZ, 2009). Deste modo, ainda que a ênfase do objeto pesquisado seja o enfrentamento e o combate ao *bullying*, entendemos ser este um dos tipos de agressão que ocorre na escola, logo deve ser entendido como mais uma das expressões de descontrole humano que alteram a rotina escolar. Assim, a análise do programa para enfrentamento dessa realidade violenta e de preconceitos à diversidade nas unidades de educação básica do estado de Goiás e de suas possibilidades efetivas quanto à prevenção ao *bullying* é o que propomos a seguir, pensando este fenômeno como sinônimo de violência na escola.

5 O programa de Prevenção e Enfrentamento da Seduc/GO

Depois de variados movimentos pela disseminação da cultura pela paz nas escolas, como o Programa Paz na Escola, implantado no ano de 2000 nas unidades educacionais do estado (GONÇALVES; SPOSITO, 2002), por exemplo, a Seduc/GO propôs um novo programa de combate à violência em suas instituições: “Políticas de Prevenção e Enfrentamento ao *Bullying*”. O seu lançamento se deu no dia 07 de abril de 2011, em uma escola estadual localizada na região sul da capital. De acordo com a Secretaria de Educação “A escolha deste colégio não foi aleatória”, mas em função de nessa unidade, recentemente, “[...] um aluno ter sido esfaqueado, após sofrer intimidações e insultos por parte de um dos colegas no ambiente escolar” (GOIÁS, 2011). Triste coincidência, o início da efetivação desse programa, em Goiás, ocorreu no mesmo dia em que um jovem pôs fim à vida de doze estudantes de uma escola municipal do Rio de Janeiro. “Casos como esses só comprovam que as consequências do *bullying* são graves” (GOIÁS, 2011).

O programa de combate à violência na escola, elaborado pela Seduc/GO, incluiu desde cursos de formação para os professores e os estudantes, passando pela criação de núcleos antibullying nas unidades escolares, até a proposição de articulação com outros programas já existentes, como Movimento Cidadania e Paz, Espaço de Cidadania e Amigos da Escola. Tendo como principal objetivo “[...] preparar a comunidade escolar para identificar e combater casos de violência física e psicológica, praticadas por um indivíduo ou grupo no meio escolar, o chamado *bullying*” (GOIÁS, 2011). Especialmente, porque esse tipo de agressão dificulta a vida dos estudantes, que por medo passam a ver o ambiente escolar como espaço de sofrimento.

A efetivação do programa nas instituições educacionais se daria por meio do Núcleo de Programas Especiais (Nupes), departamento que liga a Seduc/GO diretamente às unidades escolares da Rede. No primeiro ano do programa, as escolas da capital, da cidade de Aparecida de Goiânia e do Entorno de Brasília teriam prioridade, porque, de acordo com a Secretaria, são as regiões que mais registraram casos de violência nas escolas estaduais (GOIÁS, 2011). Regulamentado pela Lei estadual n. 17.151, de 16 de setembro de 2010, que trata da inclusão de medidas de conscientização e impugnação ao *bullying* nos projetos pedagógicos das escolas públicas, o formato do programa

está alicerçado em um curso para a formação dos professores das escolas estaduais na modalidade semipresencial (GOIÁS, 2011).

A primeira etapa do curso de prevenção e enfrentamento àquele fenômeno foi concluída em 31 de agosto de 2011, sob a coordenação da Gerência de Programas Transversais, vinculada à Superintendência de Programas Educacionais Especiais da Seduc/GO. De acordo com a Secretaria, nesta primeira etapa, o programa atendeu 267 cursistas, entre eles, professores, gestores, estudantes e outros servidores da Educação que trabalham em escolas das subsecretarias regionais de Aparecida de Goiânia, Luziânia, Planaltina e Trindade, além da Metropolitana, capital do estado.

Os relatórios publicados pela Seduc/GO, sobre o Programa, não esclarecem quais foram os temas discutidos no curso de formação dos professores das escolas estaduais; que dele participaram. Informam apenas que o curso ocorreu na modalidade semipresencial e que teve duração de 40 horas/aula, sendo que 30 horas foram na modalidade a distância e 10 horas foram na modalidade presencial, sendo que estas últimas foram destinadas ao reconhecimento e manuseio da plataforma E-Proinfo (sala de aula virtual; ambiente educativo na internet) do Ministério da Educação (MEC) e à apresentação do plano de ação a ser feito coletivamente por todos os participantes de cada escola envolvida no Programa. Uma vez que este teve como objetivo “[...] preparar a comunidade escolar para prevenir a prática da violência, promover a cidadania e contribuir para a construção de uma cultura de paz na escola” (GOIÁS, 2011).

6 A realidade da implantação do programa nas escolas

O programa de ‘Políticas de Prevenção e Combate ao *Bullying*’ para as escolas estaduais goianas se propôs preparar os professores e demais trabalhadores da educação, bem como, as(os) estudantes e suas famílias, para a identificação e o combate da violência escolar, especificamente a do tipo *bullying*, que vem ocorrendo no meio escolar. Anunciou-se, também, que estão sendo formados os Núcleos de Programas Especiais (Nupes), em cada uma das unidades escolares selecionadas para a implantação do programa. Estes núcleos seriam o elo entre as escolas e a Seduc/GO, para efetivação do projeto anti-bullying (GOIÁS, 2011).

A respeito das concepções da Seduc/GO sobre violência, violên-

cia na escola, do tipo *bullying* ou não, os documentos, que veicularam o programa de combate e enfrentamento, não esclarecem, expressando apenas que objetivam “[...] identificar e combater os casos de violência física e psicológica na escola” (GOIÁS, 2011). A falta de um referencial teórico-conceitual claro, na constituição de um programa de ação governamental, desvelou a superficialidade com que os gestores trataram a questão.

A ausência daquelas concepções no documento norteador, como ponto de partida para se compreender as ocorrências de agressividade em âmbito educativo, dificulta a compreensão do contexto em que tais fenômenos ocorrem, logo sua extinção dependerá mais das tentativas feitas pelos agentes envolvidos do que pelo conhecimento da sua real causa e, conseqüente, combate, fragilizando a efetividade do projeto.

Os documentos disponibilizados pela Seduc/GO, até o momento, não trazem os resultados advindos da implantação do Programa nas escolas. Os relatórios publicados expressam somente o número de professores contemplados com o curso de formação, porém não esclarecem como essa formação se efetivou no interior das escolas envolvidas. Não elucidam se os números da violência escolar diminuíram ou quais as condições, além da formação, foram dadas aos professores, aos estudantes, às famílias e aos demais profissionais educativos para enfrentarem e combaterem o *bullying* ou qualquer tipo de agressão que ocorra nos espaços escolares. Não constam nos relatórios quais foram às ações de enfrentamento à violência desenvolvidas no curso de formação ou qual a participação dos pais para a efetivação do programa. Ademais, sobre o envolvimento dos pais, nessa etapa de implantação do programa, não há qualquer referência.

A insuficiência de dados nos permite concluir que, os relatórios da efetivação das várias etapas de implantação e desenvolvimento do Programa traduzem a ineficiência em se combater um fenômeno social, que ocorre no interior das escolas, com projetos amplos, gestados fora do ambiente educacional e por sujeitos ausentes das relações que ali ocorrem, desconsiderando as peculiaridades internas e suas contradições. O que foi possível constatar na análise documental é que o projeto antibullying está mais para um meio de propagandar e manter o atual governo na mídia goiana, como já foi constatado em análises de outras ações governamentais (BEZERRA, 2007; SANTOS, 2007), do que uma efetiva política de ação e atuação na eliminação da violência nas escolas.

Outra questão que pode ser levantada é como a cultura da paz pode ser cultivada nas instituições estaduais, se nem todas foram contempladas com o Programa da Seduc/GO, se escolas de uma mesma subsecretaria ou até de uma mesma região não contaram com a implantação simultânea do plano de eliminação do *bullying*, uma vez que “[...] a sequência de atendimento das escolas se dá por meio de demanda, solicitações e regiões com maior índice de violência” (GOIÁS, 2011).

As famílias dos estudantes são convocadas a participarem do desenvolvimento do programa antibullying: “É muito importante que os alunos informem seus responsáveis para participar e conhecer sobre o assunto. Esse grande mal só vai deixar de existir quando houver a envolvimento de todos” (GOIÁS, 2011), todavia o documento não esclarece qual seria o papel dos familiares nessa proposta ou como eles poderiam contribuir para o efetivo combate à violência no ambiente escolar.

Certamente, sobre a ausência dos resultados podemos atribuir o pouco tempo entre o início do Programa nas escolas e a finalização desse estudo, que foram de seis meses. Entretanto, a sua implantação em todas as unidades da Rede Estadual de Ensino é pré-condição para um efeito positivo na adoção de ações para o enfrentamento e combate ao *bullying* e às demais formas de agressão.

7 Finalização necessária para o momento

Ao finalizarmos este estudo, percebemos que está posto um desafio para o Estado e as escolas públicas: intervir eficazmente para anulação das práticas de violência. Esta é um fenômeno que interfere nas relações de produção de conhecimento, que deveriam se efetivar nas dependências escolares. E na modalidade *bullying*, ela tem contribuído para o afastamento de muitas(os) alunas(os) do espaço educativo.

Em Goiás, a Rede Estadual de Ensino está buscando possibilidades de intervenção, enfrentamento e prevenção à violência em suas instituições. O programa ‘Políticas de Prevenção e Enfrentamento ao Bullying’, proposto no ano de 2011, tem como principal objetivo formar as(os) professoras(es) para a detecção e o combate a esse tipo de agressão, que sempre existiu, mas que, atualmente, tem se reconfigurado, tornando-se um obstáculo a uma possível escola que promove a cultura para a paz, uma vez que há urgência de os profissionais da

educação conhecerem o fenômeno para interferirem nas manifestações de violência, rompendo com a cultura do *bullying* ou de qualquer outro tipo de violência que se apresente nas dependências da escola.

A questão é que, um programa governamental por si só não consegue solucionar todos os problemas advindos da violência na escola, pois há que se considerar o contexto em que cada escola está inserida, uma vez que a execução das ações programadas e o seu sucesso dependem das condições sócio-históricas da unidade escolar e de todos os atores envolvidos. Estes são essenciais para que os projetos de prevenção e enfrentamento das ações de violência na escola deem certo. Ainda que, neste momento, não seja possível esclarecer se o programa da Seduc/GO foi eficaz ou não no enfrentamento e na prevenção do *bullying* nas escolas estaduais.

Pensamos que, ao final de um período de vigência do programa, seja necessária uma avaliação criteriosa dos efeitos e resultados de sua implantação no ambiente escolar. Avaliando questões como: a necessidade de se implantar o programa antibullying; as referências teóricas adotadas e a sua força na resolução dos conflitos; o percurso realizado, ou seja, o processo; os resultados alcançados e sua eficácia no cotidiano da escola. Porque pela avaliação será possível evidenciar o impacto da violência ou sua inexistência nos índices escolares, identificar os sinais de ações de agressividade na escola e suas relações com o próprio clima educativo. Isto levará à reorganização do Programa para implantando de novas ações, que poderão melhorar as relações estabelecidas no interior das escolas, pois, como afirmou Paulo Freire, *são as relações, mais que qualquer conteúdo, que educam*. E também, porque sabemos que o planejamento não garante a efetiva implantação do programado e menos ainda que os resultados serão o esperado.

Referências

- AMORIM, Douglas D. Agressividade, violência e ensino público brasileiro: desafios da Era Contemporânea. **Revista Eletrônica Senac On-Line**, 2007. Acesso em: 16 out. 2011.
- AQUINO, Julio G. A indisciplina e a escola atual. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 24, n. 2, jul./dez. 1998.
- BEZERRA, Dagmar D. S. **Formação de professores no Projeto LPPE**: as concepções reveladas nos discursos dos docentes.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BRASÍLIA. **Gênero e Diversidade na Escola**: Formação de Professores em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.

COSTA, Marisa V. **Caminhos investigativos II**: novos olhares na pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

DINIZ, Wilton da S. **As representações sociais da violência na escola**. 2009. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Psicopedagogia e Processos Inclusivos) – Centro Universitário Filadélfia.

DUARTE, Karinne R. **Violência à flor da página**: as narrativas construídas pela revista VEJA sobre o caso “Maníaco do Parque”. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

ELIAS, Maria A. **Violência escolar**: caminhos para compreender e enfrentar o problema. São Paulo: Ática Educadores, 2011.

FANTE, Cléo. **Fenômeno Bullying**: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. São Paulo: Verus, 2005.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1991. p. 71-91.

GIROUX, Henry. **Teoria crítica e resistência em educação**: para além das teorias da reprodução. Petrópolis: Vozes, 1986.

GOIÁS. **Programa de ‘Políticas de Prevenção e Enfrentamento ao Bullying’ para as escolas estaduais em GO**. Secretaria de Estado da Educação de Goiás (Seduc/GO). Disponível em: <<http://www.educacao.go.gov.br>>. Acesso em: 17 abr. 2011.

GONÇALVES, Luiz A. O.; SPOSITO, Marília P. Iniciativas públicas de redução da violência escolar no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 101-138, mar. 2002.

GUARESCHI, Pedrinho A.; SILVA, Michele R. da. (Coord.). **Bullying**: mais sério que se imagina. Porto Alegre: Ed IPUCRS, 2008.

IBGE. XII Censo Demográfico Brasileiro (Censo 2010). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Brasília: 2011. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 12/02/2011.

LARAIA, Roque de B. Como opera a Cultura. In: _____. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

LEGIÃO URBANA. **Perfeição**. Compositores: Dado Villa-Lobos; Renato Russo; Marcelo Bonfá. Álbum: O descobrimento do Brasil, São Paulo: EMI, 1993. LP.

LIBÂNEO, José C. As teorias pedagógicas modernas revisitadas pelo debate contemporâneo na educação. In: LIBÂNEO, J. C.; SANTOS, A. (Org.). **Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade**. Campinas: Alínea, 2005. p. 19-63.

MOTTA, Liz. **Violência**: embates e debates. Mai/2008. Disponível em <http://www.terezinhamachado.com/artigos.php?id=182>. Acesso em: 16 out. 2011.

PEREIRA, Sônia M. de S. **Bullying e suas implicações no ambiente escolar**. São Paulo: Paulus, 2009.

SANTOS, José L. dos. **O que é Cultura**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SANTOS, Sebastião P. **Entre o discurso modernizante e a precariedade da prática**: Núcleo de Tecnologia Educacional e Formação de Professores. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

SILVA, Ana B. B. **Bullying**: mentes perigosas nas escolas. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

SPOSITO, Marília P. A instituição escolar e a violência. **Cadernos de Pesquisa** (Fundação Carlos Chagas), São Paulo, v. 104, p. 58-75, 1998.

TIROS em Columbine (Bowling for Columbine). Direção de Michael Moore. Documentário. EUA: 2002. 120 min.

TRINCA, Tatiane P. **O corpo-imagem na ‘cultura do consumo’**: uma análise histórico-social sobre a supremacia da aparência no capitalismo avançado. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008.